PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO CAS-040216/000006/2026

ÍNDICE

ITEM	*CONTEÚDO*	*PÁGINA*
1	PREAMBULO	02
2	OBJETO	02
3	PRAZO	02
4	PREÇO ESTIMADO	02
5	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03
6	DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	03
7	CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO	03
8	PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	03
9	VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	04
10	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES	05
11	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	06
12	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	07
13	ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	07
14	FORMULAÇÃO DE LANCES/P	07
15	CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	08
16	NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	10
17	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	10
18	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	11
19	RECURSOS	13
20	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	14
21	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
22	DA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA	14
23	NOTA DE EMPENHO	15
24	SUBCONTRATAÇÃO	16
25	CONDIÇOES DE PAGAMENTO	16
26	REAJUSTAMENTO DE PREÇOS	17
27	FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL	17
28	EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO	19
29	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	19
30	GARANTIA CONTRATUAL	20
31	ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	20
32	CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)	20
33	IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	21
34	DISPOSIÇÕES FINAIS	22
35	DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO	22
36	FORO	23
ANEXOS		
I	TERMO DE REFERÊNCIA	24
II	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	55
III	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	57
IV	SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO EM CADASTRO DE RESERVA	66
V	MINUTA CONTRATUAL	67

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

1. PREAMBULO

1.1. **O Município de Casimiro de Abreu**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, critério de julgamento **MENOR PREÇO** adjudicação **POR ITEM,** sob o regime de **EXECUÇÃO INDIRETA** de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** Modo de Disputa **ABERTO,** nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 2.384/2023, Lei Complementar Federal n.º 123/06, Decreto Municipal nº 3.335/2023, Decreto Municipal 3393/2024 e Decreto Municipal 2718/2022 e suas alterações posteriores.

1.2. Data da sessão: 11/12/2026

1.3. Horário: 09:30 horas (Horário de Brasília)

1.4. Local: Portal Oficial do Município de Casimiro de Abreu (http://www.casimirodeabreu.rj.gov.br ou http://governo.casimirodeabreu.rj.gov.br), no Jornal Oficial do Município de Casimiro de Abreu e no Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br/.

1.5. **Órão Gerenciador: Secretaria Municipal de Trabalho e Renda**

1.6. **UASG: 985825;**

1.7. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2. OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de cursos técnicos na modalidade de Ensino a Distância (EAD) e cursos profissionalizantes e de qualificação presenciais, contemplando o fornecimento integral de plataforma digital (Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA), polo físico no município, instrutores/tutores qualificados, material didático (físico e digital), insumos/EPIs para aulas práticas e certificação com validade nacional, visando ao atendimento gratuito dos munícipes no âmbito do Projeto PROQUALI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Projeto Básico/Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.2. O Município de Casimiro de Abreu não se obriga a adquirir os itens relacionados dos licitantes vencedores, nas quantidades indicadas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, respeitada a legislação relativa às licitações.

2.3. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Comprasnet SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

3. PRAZO

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, durante o qual os licitantes que tenham os seus preços registrados poderão ser convidados a firmar as contratações, observadas as condições fixadas no edital e nas normas pertinentes, conforme item 21.2 deste Edital.

3.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos moldes do inciso X, do artigo 26, Decreto 3.393/2024.

3.2. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, , podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133/2021.

3.3. O prazo para execução do serviço será de 15 (quinze) dias a contar da assinatura da ordem de Execução de Serviço.

4. PREÇO ESTIMADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

4.1. O preço total estimado da presente licitação é **R$ 1.094.240,80** (Um milhão, noventa e quatro mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), conforme MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II deste Edital.

4.2. O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Casimiro de Abreu a utilizá-lo integralmente.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas oriundas deste Edital correrão por conta dos recursos orçamentários, conforme abaixo:

SECRETARIA	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	NR	FONTE	VALOR
SEMTR	20.21.11.333.0113.2.302	3.3.90.39.99.00	consoante orçamento vigente	consoante orçamento vigente	R$ 1.094.240,80

5.2. **A contratação utilizará recurso da União.**

6. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

6.1. As propostas devem indicar o preço líquido unitário, em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste pregão **quaisquer** empresas que:

7.1.1. Estejam previamente credenciadas no sistema eletrônico, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;

7.1.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do Sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização;

7.1.2. Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

7.1.3. Declarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que possuem os documentos necessários de habilitação previstos neste edital, sendo que a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta comercial sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

7.2. No momento de inserção da proposta no Sistema Comprasnet SIASG, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

7.3. O licitante que se enquadrar como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

7.4. O licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

7.4.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

8. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

8.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.2.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro, para a regularização da documentação;

8.2.2. Não havendo fundamentação plausível, o pedido de prorrogação do prazo para a regularização fiscal será negado;

8.3. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

9. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

9.1. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas:

9.1.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.1.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

9.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

9.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

9.1.3.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.1.7. Sociedades empresárias que estiverem em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;

9.1.7.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

9.1.8. Que tenham entre seus sócios o Prefeito, seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito ou Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções, nos termos do artigo 98 da Lei Orgânica do Município de Casimiro de Abreu.

9.1.9. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.1.1. A etapa de que trata o **item 10.1** será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, conforme item **16.6** e pelos mesmos meios definidos no item **10.1.**

10.1.3. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

10.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação, nos termos do disposto no **item 10.1**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.3. No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:

10.3.1.1. Manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

10.3.1.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

10.3.1.3. Declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

10.3.1.4. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei com observância do §1º do artigo 4º da Lei Federal 14.1333/21.

10.3.1.5. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.

10.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.6. Na etapa de apresentação da proposta, observado o disposto no **item 10.1**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o **item 16 do edital**.

10.7. A proposta deverá ser inserida no Sistema Comprasnet SIASG no momento do registro dos valores, no campo próprio, e a licitante deverá consignar de forma expressa:

10.7.1. Que compreende a descrição dos produtos ofertados, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o termo de referência – **anexo I** deste edital;

10.7.2. Que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos;

10.7.3. O prazo de execução dos serviços, contados do recebimento da solicitação do Município de Casimiro de Abreu;

10.7.4. O prazo de validade da proposta comercial, que será de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

10.8. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do Município de Casimiro de Abreu, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.9. A licitante que apresentar proposta incompatível com as especificações editalícias será desclassificada e não participará da etapa de lances.

10.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da etapa de lances, importa a desclassificação de sua proposta.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.1.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e ..... (anual, total) do item;

11.1.2. Marca (Exceto em caso de prestação de serviço);

11.1.3. Fabricante (Exceto em caso de prestação de serviço);

11.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100%

11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

11.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

11.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

11.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

11.7.1. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

11.7.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na Tabela de Itens do Termo de Referência (Anexo I deste Edital)

11.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

12. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/ ou www.comprasgovernamentais.gov.br.

12.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

12.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

12.4. **A ausência de resposta num prazo máximo de 15 minutos poderá acarretar em desclassificação da Proposta ou Inabilitação da empresa, a depender da fase da ocorrência, ficando sua prorrogação a critério do pregoeiro.**

13. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do termo de referência – **anexo I** e do modelo de proposta de preços – **anexo II** deste edital.

13.1.1. Somente na ausência de informações na proposta preenchida no comprasgov, será exigido o modelo de proposta de preços do Anexo II.

13.1.2. É exigido dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, mediante preenchimento em campo próprio do sistema ou, na sua falta, na forma do anexo II deste edital.

13.2. Terminada a fase de lances, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

13.3. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **MENOR PREÇO POR ITEM,** sob o regime de **EXECUÇÃO INDIRETA** de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.**

13.4. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) no termo de referência – **anexo I** deste edital.

14. FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

14.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

14.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

14.3.1. A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

14.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,01 (um centavo de real).

14.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

14.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

14.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

14.7.1. Considerar-se-á inexequível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.

14.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto",** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.9.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata os itens 13.9 e 13.9.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

14.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 13.9 e 13.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

14.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.(Art. 56, § 4º da Lei 14.133/2021)

14.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos itens 13.9 e 13.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

15. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior ao preço da melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

15.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

15.1.2. Não tendo apresentado oferta inferior ao menor valor da etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

15.1.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada, cumpridos os demais requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

15.2. Serão desclassificadas as propostas que:

15.2.1. Contiverem vícios insanáveis;

15.2.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

15.2.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

15.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

15.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

15.3. O Pregoeiro verificará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar com o objeto licitado e a compatibilidade de seu preço final, inclusive dos valores unitários, com a estimativa prevista para a contratação.

15.3.1. Constatado indício de inexequibilidade, o Pregoeiro concederá ao licitante prazo de 2 (duas) horas, contado da intimação, para apresentar documentação comprobatória da viabilidade do preço ofertado, nos termos do art. 59, §2º da Lei nº 14.133/2021.

15.3.2. Serão consideradas potencialmente inexequíveis as propostas cujos valores unitários forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, na conformidade da tabela de itens do Anexo I.

15.3.2.1. Na hipótese de que trata o item anterior, a inexequibilidade somente será considerada após diligência efetuada pelo Pregoeiro que resulte comprovação de que:

I. o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II. inexiste custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

15.3.2.2. Para a demonstração da exequibilidade, poderão ser aceitos, entre outros:

a) notas fiscais recentes de aquisição de bens;

b) contratos de fornecimento ou de prestação de serviços;

c) propostas ou contratos de fornecedores que sustentem o preço ofertado;

d) tabelas oficiais de fabricantes, distribuidores ou associações de classe;

e) demonstrativo de composição de preços, com memória de cálculo dos custos diretos, indiretos, tributos, lucro e demais despesas.

15.3.2.2.1. O Pregoeiro poderá admitir outros documentos que considerar idôneos para comprovação da exequibilidade, mesmo que não constem do rol acima

15.3.2.3. Preferencialmente, os documentos deverão ter sido emitidos nos últimos 12 (doze) meses, contados da abertura do certame, admitindo-se outros desde que comprovem a compatibilidade de mercado. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784/99.

15.3.2.4. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de profissionais Técnicos da secretaria solicitante da PMCA, para orientar sua decisão.

15.3.2.5. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

15.3.2.6. Será desclassificada a proposta que descumprir cláusula, termo, condição ou especificação estabelecida neste edital que seja impeditiva para a contratação. A decisão, fundamentada e registrada no sistema, será tomada nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

15.3.3. Confirmada a inexequibilidade, será convocado o próximo licitante classificado, observada a ordem de classificação.

15.3.4. O licitante que, reiteradamente, apresentar propostas inexequíveis sem comprovar sua viabilidade, poderá ser sancionado nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, inclusive com aplicação de multa entre 0,5% (meio por cento) e 15% (quinze por cento) do valor estimado do item, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

15.4. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

15.5. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

15.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

15.6.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

15.6.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

15.6.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

15.6.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.7. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

15.7.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

15.7.2. Empresas brasileiras;

15.7.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

15.7.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

16. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

16.2. A negociação será realizada por meio do sistema Comprasnet SIASG, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

16.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

16.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

16.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Casimiro de Abreu para orientar sua decisão.

16.6. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

16.7. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

16.9. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

16.10. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

16.11. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

17. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

17.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:

17.1.1. Sicaf (https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/consultass), a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

17.1.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis;

17.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no endereço eletrônico https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep;

17.2. Efetuada a verificação referente aos itens acima, o Pregoeiro convocará os documentos exigidos para habilitação e , quando solicitada, o envio da proposta;

17.3. Poderá ser consultada a documentação de habilitação faltante, das licitantes, por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital;

17.4. Os documentos exigidos para habilitação e o envio da proposta, quando solicitado, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pelo licitante, contado da convocação efetuada no sistema;

17.5. Excepcionalmente, quando necessário à confirmação da veracidade dos documentos enviados eletronicamente, o pregoeiro poderá solicitar o encaminhamento dos documentos em original ou cópia autenticada, a serem enviados pelo licitante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, informando o número do pregão; O endereço para envio da documentação é: Rua Mário Costa, n.º 593, Vale das Palmeiras, Casimiro de Abreu RJ, CEP: 28.860-000.

17.6. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

18. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

18.1. A documentação relativa à **capacidade jurídica** consistirá em:

18.1.1. Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição;

18.1.2. Registro comercial, no caso de licitante empresário individual;

18.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, no caso de licitante sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

18.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de licitante sociedade civil, acompanhado de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício;

18.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

18.1.6. No caso de participação de profissionais organizados em cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

18.1.6.1. Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa;

18.1.6.2. Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);

18.1.6.3. Regimento interno (com ata da aprovação);

18.1.6.4. Regimento dos fundos (com ata de aprovação);

18.1.6.5. Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

18.1.6.6. Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;

18.1.6.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

18.1.6.8. Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;

18.1.6.9. Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.

18.1.6.10. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

18.1.6.10.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou;

18.1.6.10.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

18.1.6.11. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no item 17 deste Edital.

18.1.6.12. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto neste Edital acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

18.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consistirá em:

18.2.1. **Qualificação Técnica Operacional**

18.2.1.1. Certidões ou atestados, expedidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem a prestação de serviços similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

18.2.1.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

18.2.1.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18.2.1.1.3. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios de avaliação previstos no artigo 67, §10, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2.2. Comprovação, no prazo de mobilização, de que os cursos técnicos do Grupo 01 estão regularmente autorizados, credenciados ou reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) do estado sede da instituição ou pelo Ministério da Educação (MEC).

18.2.3. Comprovar que os cursos do grupo 04 são ministrados por instituição ou centro de treinamento regularmente habilitado, credenciado ou homologado pela Autoridade Marítima Brasileira / Diretoria de Portos e Costas, observadas as exigências específicas de cada treinamento.

18.2.4. Comprovar que os cursos do grupo 02 observam as normas regulamentadoras aplicáveis à natureza de cada ocupação, notadamente a NR-10 para o Curso de Eletricista Predial, a NR-11 para o Curso de Operador de Empilhadeira e a NR-20 e a ABNT NBR 16378 para o Curso de Pintura Industrial, bem como, quanto ao Curso de Bombeiro Civil, a Lei nº 11.901/2009 e a Resolução SEDEC nº 31 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

18.2.5. Comprovar que o corpo docente dos cursos de língua inglesa do grupo 05 é constituído por profissionais licenciados em Letras com habilitação em Língua Inglesa ou detentores de certificação internacional de proficiência reconhecida, com apresentação dos respectivos diplomas ou certificados.

18.2.6. **Qualificação Técnica Profissional**

18.2.6.1. Comprovar que os instrutores e tutores dos demais cursos, mediante apresentação de diploma, certificado técnico ou certificação profissional específica da área de atuação, acompanhada de comprovação do vínculo com a licitante, admitidas a carteira de trabalho, o contrato social, o contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura com anuência expressa do profissional.

18.3. A documentação relativa à **regularidade fiscal, social e trabalhista** consistirá em:

18.3.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

18.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.3.3. **Prova de regularidade com a Fazenda Federal**, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e **contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei, na forma da legislação específica**;

18.3.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, **inclusive Dívida Ativa**, relativos aos tributos de ICMS, da sede do licitante;

18.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

18.3.5.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS e Taxas.

18.3.6. Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, na forma da legislação específica;

18.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, na forma da legislação específica.

18.4. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

18.5. Quanto à forma de apresentação dos documentos de habilitação, exigir-se-á o seguinte:

18.5.1. Se a licitante for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

18.5.2. Se a licitante for filial, podem ser apresentados documentos que, comprovadamente e pela sua própria natureza, sejam emitidos em nome da matriz;

18.5.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

18.5.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

18.5.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

18.5.4. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.6. Será(ão) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.

18.7. Fica facultada à Administração, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.

18.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

19. RECURSOS

19.1. Dos atos de julgamento das propostas, de habilitação ou de inabilitação e de anulação ou de revogação da licitação, caberá recurso, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. A intenção de recorrer dos atos de julgamento deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

19.2.1. Será concedido prazo de 10 (dez) minutos, para que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2.2. Nos casos de anulação ou de revogação da licitação, o termo inicial para a contagem do prazo recursal é a data da publicação da decisão no Jornal Oficial do Município.

19.3. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

19.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Ordenador de Despesas do órgão gestor da contratação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

19.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.

19.7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.8. Os itens para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.

20. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. Declarada a vencedora (s) do certame, o resultado da licitação será submetido à **autoridade competente da Secretaria Municipal de Trbalho e Renda**(ordenador de despesas) para o procedimento de adjudicação e homologação da licitação.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

21.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que haja previsão expressa na própria ata e que seja comprovado que as condições e os preço s permaneçam vantajosos.

21.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

21.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

21.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

21.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

21.8. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste edital e na legislação vigente, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. Após a fase recursal, os proponentes serão convocados para reduzir seus preços ao valor da

proposta do proponente melhor classificado, ocasião na qual será oportunizada a formação de eventual cadastro de reserva.

22.1.1. Os licitantes interessados em participar do Cadastro de Reserva deverão encaminhar através do e-mail licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da convocação do Pregoeiro, a solicitação de inclusão dos itens aos quais o Proponente Desejar, Conforme Formulário de Solicitação de Inclusão em Cadastro de Reserva (Anexo nº IV) nas condições previstas no item 22.1;

22.2. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

22.2.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

22.2.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

22.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

22.3.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

22.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

22.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

22.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

22.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 42 e no art. 43, 45 e 46 do Decreto Municipal nº 3393/2024.

22.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

22.5.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

22.5.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23. NOTA DE EMPENHO

23.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.2. Os contratos decorrentes de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

23.3. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata.

23.4. Antes de formalizar o contrato ou instrumento equivalente, a Administração deverá consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

23.4.1.1. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

23.4.1.2. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato e/ou Instrumento equivalente, a contar de sua convocação.

23.4.1.3. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão gestor da contratação.

23.5. Em havendo documentação vencida, o **Município de Casimiro de Abreu** notificará a empresa vencedora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação, apresente a documentação atualizada.

23.6. Caso o licitante não assine o termo de contrato ou não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração deverá observar o que estabelecem os itens 22 e 23 deste edital.

23.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante.

24. SUBCONTRATAÇÃO

24.1. É vedada a subcontratação integral.

25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

25.1. Os pagamentos serão efetuados pelo **Município de Casimiro de Abreu**, em moeda corrente nacional, **em 30 dias,** contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços, na forma do item 28.

25.2. Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do **Município de Casimiro de Abreu**.

25.3. O **Município de Casimiro de Abreu** efetuará o pagamento mediante crédito em conta-corrente da contratada, em parcelas, à medida que o objeto for executado, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, a contar da atestação da nota fiscal/fatura apresentada, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas no termo de referência – Anexo I do edital e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21.

25.4. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

25.5. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Município, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

25.5.1. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

25.6. O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante a autorização expressa da Secretaria Municipal de Fazenda, em processo próprio, que se iniciará com requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretário(a) Municipal de Fazenda;

25.7. Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da licitante contratada, aplicar-se-á, no que couber, a retenção tributária na fonte dos tributos federais e municipais, conforme disposto na Lei Federal nº 9.249, de 26/12/1995, na Lei Federal 9.430, de 27/12/1996, na Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11/01/2012, na Instrução Normativa SRF nº 971, de 13/11/2009, e na Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, combinada com a correspondente lei municipal.

25.8. A contratada que estiver enquadrada nas hipóteses de não retenção tributária (artigo 4º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) ou amparada por medida judicial que suspenda a exigibilidade do crédito tributário (artigo 36º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) deverá apresentar o documento de cobrança acompanhado da comprovação de que continua enquadrada ou amparada, sob pena de retenção de tributos pela fonte pagadora.

25.9. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o

pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

26. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

26.1. Os contratos que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (04/09/2026), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

26.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

26.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

26.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

26.5. Nos termos do artigo 231 do Decreto Municipal nº 3.335/2023, serão objeto de preclusão:

26.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato e;

26.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

27. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

27.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscal de Contratos ou pela Comissão de Gestão e Fiscalização Contratual, representantes da Administração especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2384/2023 e do Decreto Municipal nº 3335/2023.

27.2. São atribuições do Gestor de Contratos e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

27.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

27.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

27.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante a execução contratual, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

27.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

27.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

27.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

27.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

27.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

27.2.9. Decidir provisoriamente pela suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

27.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;

27.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;

27.2.12. Informar ao Ordenador de Despesas até o último dia útil do mês de novembro de cada ano, os compromissos contratuais não liquidados no exercício, objetivando reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho em Restos a Pagar que estejam sob a sua gestão;

27.2.13. Participar dos estudos com levantamentos de custos estimados para projeção e inclusão na proposta orçamentária para o exercício seguinte;

27.2.14. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, apostilamentos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

27.2.15. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

27.2.15.1. O Gestor de Contratos poderá elaborar o termo de referência ou projeto básico;

27.3. São atribuições do Fiscal de Contratos e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

27.3.1. Acompanhar os prazos de entrega ou execução de obras ou serviços, diligenciando com a empresa contratada, se necessário;

27.3.2. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, obras ou serviços, mediante termo detalhado;

27.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal do contratado;

27.3.4. Devolver à contratada as notas fiscais em desconformidade com o contrato;

27.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

27.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;

27.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

27.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;

27.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

27.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

27.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

27.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

27.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

27.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

27.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

27.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

27.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;

27.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;

27.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promover o controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

27.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à contratada;

27.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da contratada previstas no Termo de Referência, no Projeto Básico e no contrato;

27.3.22. No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos anteriores:

27.3.22.1. manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, Anotações de Responsabilidade Técnica, Registros de Responsabilidade Técnica, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

27.3.22.2. Verificar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

27.3.22.3. Verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

27.3.23. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

28. EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

28.1. Executados os serviços e apresentada a Nota Fiscal, a Fiscalização emitirá Termo de Recebimento Provisório para que, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias efetue a conferência em consonância ao instrumento convocatório, a nota de empenho de despesa, autorização de compra ou a ordem de execução de serviços e, verificada a regularidade do serviço, no prazo referido, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

28.2. Constatado qualquer defeito ou irregularidade nos serviços, a Fiscalização comunicará ao Prestador de Serviços, por escrito, para que no prazo máximo de 10 (dez) dias efetue a troca, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

28.3. Após a troca, e verificada a conformidade dos serviços na forma do item 28.1, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Definitivo do Serviço.

28.4. O pagamento somente poderá ser efetuado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e após atestada a 1ª via da Nota Fiscal por dois servidores com assinatura sobre carimbo e visada pelo titular do Setor Interessado.

28.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

29.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

29.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

29.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

29.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

29.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

29.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

29.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

29.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

29.1.5.4. deixar de apresentar amostra;

29.1.5.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

29.1.6. Não celebrar o contrato / instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

29.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

29.1.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

29.1.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

29.1.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

29.1.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

29.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

29.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

29.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

29.2.1. Advertência;

29.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

29.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Casimiro de Abreu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

29.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

29.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com os artigos de 31 ao 44 da Lei Municipal nº 2.384/2023.

29.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

29.5. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Secretaria Municipal de Controle Interno, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

29.6. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

29.7. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada, quando esta for exigida. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

30. GARANTIA CONTRATUAL

30.1. Não será exigida Garantia Contratual

31. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

31.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.

31.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme preceitua o §3º do artigo 71 da Lei Federal 14.133/2021.

32. CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

32.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

32.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

32.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

32.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o contratante, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

32.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

33. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

33.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada neste edital para abertura do certame.

33.2. As impugnações e solicitações de esclarecimentos deverão ser enviadas ao pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

33.2.1. Eletrônico, no endereço licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br ou via Protocolo eletrônico no link: https://casimirodeabreu.rj.gov.br/acesso-protocolo/ ou;

33.2.2. Escrito, através do Protocolo Geral, ao Pregoeiro, na Rua Padre Anchieta, nº 234, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, Cep: 28860-000, que estará em funcionamento das 09h às 17h, diariamente exceto aos sábados, domingos e feriados.

33.3. Os licitantes poderão utilizar do seguinte meio de comunicação para obter informações e esclarecimentos: licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br ou pelo telefone (22)2778-9800, ramal 2708;

33.4. Caberá ao Pregoeiro responder às impugnações e os pedidos de esclarecimentos interpostos que poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

33.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos endereços eletrônicos https://transparencia.casimirodeabreu.rj.gov.br/licitacaolista.php e www.comprasgovernamentais.gov.br.

33.6. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

33.7. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado o prazo de ancoragem específico, conforme artigo 55 da Lei Federal 14.133/2021.

33.8. As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas, concomitantemente nos endereços eletrônicos https://transparencia.casimirodeabreu.rj.gov.br/licitacaolista.php e www.gov.br/compras/ptbr, além do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observados os prazos previstos no item 33.5, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

33.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o

tratamento isonômico aos licitantes.

33.10. A cada esclarecimento, impugnação e/ou manifestação por escrito do Pregoeiro e Equipe de Apoio será atribuído um número sequencial, a partir do número 01 (um), incorporando-se ao processo administrativo.

34. DISPOSIÇÕES FINAIS

34.1. Será admitida a assinatura digital nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante uso de certificado digital ICP-Brasil.

34.2. Será admitida a assinatura eletrônica nos atos e documentos nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante login e senha de acesso do usuário, em sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos.

34.3. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

34.4. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

34.5. Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

34.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

34.7. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através dos endereços eletrônicos https://transparencia.casimirodeabreu.rj.gov.br/licitacaolista.php ou www.comprasgovernamentais.gov.br.

34.8. A apresentação da proposta vincula automaticamente a licitante aos termos do presente Edital, seus anexos, assim como da legislação de regência sobre a matéria.

34.9. Após a aprovação da autoridade competente, nos termos do inciso XI do Art. 51 do Decreto Municipal 3.335/2023, a publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereços eletrônicos https://transparencia.casimirodeabreu.rj.gov.br/licitacaolista.php e publicação do seu extrato em Imprensa Oficial do Município de Casimiro de Abreu e em jornal diário de grande circulação.

34.10. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste instrumento serão decididos pela Administração, segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.384/2023, no Decreto Municipal nº 3.335/2023 e suas alterações posteriores, e demais regulamentos e normas administrativas que passam a fazer parte deste Edital, independente de transcrições.

34.11. Para a execução do objeto deste Edital, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

34.12. O licitante tem conhecimento do Código de Integridade do Agente Público do Poder Executivo do Município de Casimiro de Abreu, Lei Municipal n.º 2.304/2023, constante no link https://casimirodeabreu.rj.gov.br/leis/.

34.13. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas. Por outro lado, havendo divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerá a regra constante do edital.

35. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO

35.1. A documentação a seguir, faz parte integrante deste Edital.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III - Ata de Registro de Preços
- ANEXO IV - Solicitação de Inclusão em Cadastro de Reserva
- ANEXO V – Minuta Contratual

36. FORO

36.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Casimiro de Abreu/RJ, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

Casimiro de Abreu, 23 de novembro de 2026.

Comissão de Elaboração de Editais
Port. 022/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de cursos técnicos na modalidade de Ensino a Distância (EAD), cursos profissionalizantes e de qualificação presenciais, voltados a capacitação e qualificação profissional para os munícipes, no âmbito do Programa Municipal de Qualificação Profissional de Casimiro de Abreu - PROQUALI, instituído pela Lei nº 1.556/13, a ser fornecido conforme as condições, quantidades, parâmetros e elementos descritivos neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Os serviços que se pretende contratar são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XLI, e art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3. Os quantitativos a serem adquiridos se encontram detalhados na seção 09 deste Termo de Referência.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 28 da Lei Municipal 2384/2023 e art. 86 do Decreto Municipal nº 3335/2023.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado à partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, conforme sua previsão expressa na própria ata e desde que seja comprovado que as condições e os preços permaneçam vantajosas conforme art. 34 do Decreto Municipal Nº 3.393 de 08/03/2024.

1.6. O prazo de vigência dos contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços será de 24 meses, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. - A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 3.335/2023.

2.2. - A contratação justifica-se diante da necessidade de interesse público e da missão institucional da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, por meio do Departamento de Qualificação e Orientação Profissional, de fomento ao emprego, trabalho e geração de renda no muniípio de Casimiro de Abreu. A oferta de cursos gratuitos visa sanar o déficit de mão de obra qualificada exigida pelos setores da indústria, construção civil, comércio, serviços, logística e mercado offshore regional. A não realização da presente contratação implicará na manutenção de elevados índices de vulnerabilidade social e desemprego por falta de capacitação técnica, configurando prejuízo direto à eficiência da gestão pública e ao desenvolvimento socioeconômico municipal.

2.3. **Da Contratação:** Nos termos do § 3º, do Art. 1º do Decreto Municipal 3335/23, a contratação será por meio de licitação sob a forma eletrônica na modalidade Pregão, em observação ao inciso VIII, do Art. 18 da Lei 14.133/21, ao disposto na IN-05 de 25/05/2017, com adoção do procedimento auxiliar de registro de preços nos termos do Decreto 3.393/2 , considerando assim, a necessidade de lograr êxito com a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e observando todo o ciclo de vida do objeto, pondera-se pela devida adequação e eficiência na forma da combinação dos seguintes parâmetros:

2.4. - **Da Modalidade de Licitação:** a modalidade de licitação será Pregão Eletônico com Sistema de Registro de Preços;

2.5. **Modo de Disputa:** o modo de disputa será o Aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, nos termos do inciso I, do Art. 56 da Lei 14133/21, conforme os critérios adotados pelo agente de contratação na forma divulgada no Edital;

2.6. - **Do Critério de Julgamento:** o critério de julgamento é o menor preço por item, observado o atendimento integral às exigências técnicas e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência, no

edital e em seus anexos, conforme o art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

2.7. - **Do Regime de Execução:** o regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário; o pagamento é feito de acordo com os quantitativos de serviços efetivamente executados;

2.8. - **Da Adjudicação:** A adjudicação será por item.

2.8.1 - Fica vedada a participação de consórcios, conforme art. 15 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum de capacitação profissional, de baixa complexidade e plenamente executável por empresas individuais do ramo, evitando-se a associação de concorrentes que possam disputar o certame isoladamente e assegurando maior eficiência na fiscalização contratual.

2.9. Conforme indicação constante no ETP, o objeto está devidamente enquadrado e prevê-se sua inclusão e execução no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de execução e certificação de cursos gratuitos de qualificação e capacitação profissional, destinados aos munícipes de Casimiro de Abreu. Trata-se de uma política pública estratégica de desenvolvimento socio econômico local. O objetivo central é promover a inclusão produtiva, a atualização de competências, a inserção e reinserção de cidadãos no mercado de trabalho, conectando a mão de obra local às vocações econômicas do município e do entorno (notadamente os setores industrial, de serviços e o mercado offshore).

3.2. A execução do objeto contratado deverá garantir uma infraestrutura pedagógica completa, materiais didáticos de qualidade, corpo docente qualificado e um sistema de controle de frequência e aproveitamento, culminando na emissão de certificados válidos em território nacional.

3.3. Compreende a entrega de um ecossistema integrado e completo de formação e qualificação profissional profissionalizante, abrangendo: Plataforma EAD com Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) intuitivo, acessível por web e dispositivos móveis (Android/iOS), com alta disponibilidade (24/7), ferramentas de interação (fóruns, chats, atividades) e emissão de relatórios de desempenho e frequência, para os cursos do Grupo 01; Fornecimento de apostilas digitais e impressas, bem como todos os insumos operacionais necessários ao pleno aprendizado prático nos eixos dos Grupos 02, 03, 04 e 05 (Infraestrutura, Beleza, Offshore e Língua Inglesa); Corpo docente e tutoria capacitada com instrutores e tutores com comprovada qualificação técnica e pedagógica, com garantia de reposição em até 48 horas em caso de vacância ou impedimento;

3.4. Para garantir a ampla competitividade do certame e a especialidade técnica na execução, o objeto desta licitação está apresentado em 05 (cinco) grupos distintos, para melhor distinção dos itens, totalizando 18 cursos conforme os eixos temáticos abaixo:

I- GRUPO 01 – Cursos Técnicos na Modalidade EAD

Foco: Formação técnica profissionalizante de nível médio com suporte de plataforma tecnológica (Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA), garantindo flexibilidade e amplo alcance de vagas para o município.

II- GRUPO 02 – Cursos de Capacitação (Infraestrutura e Indústria)

Foco: Formação voltada para a construção civil, manutenção urbana e setores industriais de base, visando atender à demanda de obras e expansão empresarial local.

III- GRUPO 03 – Cursos de Capacitação (Eixo Beleza, Estética e Bem-Estar)

Foco: Estímulo ao empreendedorismo, geração de renda rápida e autonomia financeira, focando em um dos setores de serviços que mais crescem organicamente.

IV- GRUPO 04 – Cursos de Qualificação (Eixo Offshore e Logística)

Foco: Alinhamento estratégico com o mercado Offshore. Cursos focados nas exigências técnicas, de segurança e operacionais das indústrias de petróleo, gás e de suas cadeias logísticas de suprimentos.

V- GRUPO 05 – Cursos de Qualificação (Língua Inglesa)

Foco: Proficiência em idioma estrangeiro como diferencial competitivo indispensável para o comércio globalizado, turismo regional e, fundamentalmente, para o preenchimento de vagas qualificadas no setor offshore.

3.5. - A contratada deverá observar os seguintes requisitos mínimos na entrega da solução:

• Inclusão e Gratuidade Total: É expressamente vedada qualquer cobrança de taxas, materiais, inscrições ou certificados dos alunos.

• Adaptação à Realidade Local: Os cursos presenciais deverão ser ministrados em locais de fácil acesso, preferencialmente, dentro do município de Casimiro de Abreu, respeitando os horários compatíveis com a rotina dos trabalhadores e estudantes locais, conforme demanda da Administração.

• Padrão de Certificação: Emissão de certificados digitais e/ou físicos com mecanismos de validação (como QR Code), assegurando que o munícipe termine a formação com um documento comprobatório aceito pelo mercado.

• Monitoramento de Metas: Disponibilização de relatórios mensais à fiscalização do contrato, contendo dados como frequência, notas e índices para fins de medição e pagamento.

4. - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. Especificações dos requisitos

4.1.1. A contratação será realizada sob o modelo de prestação de serviços educacionais, cabendo à empresa contratada a responsabilidade pela organização operacional e execução dos cursos, em conformidade com as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

4.1.2. O planejamento dos cursos, a definição do cronograma de oferta, a divulgação, o processo de inscrição e a seleção dos participantes serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, que também poderá disponibilizar, locais destinados à realização das atividades teóricas presenciais.

4.1.3. À empresa contratada competirá o fornecimento de toda a infraestrutura complementar necessária à adequada execução dos cursos, incluindo recursos tecnológicos e audiovisuais, laboratórios e ambientes destinados às atividades práticas, quando exigidos, equipamentos, ferramentas, insumos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), materiais didáticos físicos e/ou digitais, bem como a disponibilização de corpo docente devidamente qualificado e habilitado, conforme as especificidades de cada formação.

4.1.4. Compete, ainda, à contratada assegurar o cumprimento das normas técnicas, educacionais e de segurança aplicáveis a cada modalidade de curso, responsabilizando-se pela execução das atividades pedagógicas, pelo acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos alunos, pelo controle de frequência e pela emissão e entrega dos certificados ou diplomas de conclusão, conforme a natureza da formação ofertada, observadas as exigências legais de validade, reconhecimento, registro, credenciamento e homologação, quando aplicáveis.

4.1.5. A disponibilização de locais para a realização das atividades de planejamento e inscrição pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda não afastam a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços prestados, pelo fornecimento dos recursos sob sua responsabilidade e pelo integral cumprimento das obrigações contratuais.

4.2. - Requisitos Técnicos, Funcionais e Não Funcionais

4.2.1. - Requisitos Funcionais:

4.2.1.1. Plataforma AVA: O Ambiente Virtual de Aprendizagem deve ser acessível via navegadores web e dispositivos móveis (Android e iOS), possuindo interface intuitiva para o aluno e ferramentas de interação (fóruns, chats e repositórios);

4.2.1.2. Relatórios Gerenciais: A solução deve permitir a extração de dados para fins de fiscalização, incluindo índices de frequência, progresso nas disciplinas, notas e evasão.

4.2.1.3. Infraestrutura Física e Laboratórios: A contratada deverá disponibilizar, sob sua responsabilidade, laboratórios, equipamentos, ferramentas, materiais e demais recursos técnicos compatíveis com as especificidades de cada curso, garantindo condições adequadas de segurança, acessibilidade e

aprendizagem. As instalações e os ambientes destinados às atividades práticas deverão observar as Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis, bem como as demais exigências legais e técnicas pertinentes, incluindo, quando obrigatórios, os respectivos licenciamentos, autorizações e certificações de segurança e ambientais, de acordo com a natureza das atividades desenvolvidas.

4.2.2. Requisitos Não Funcionais

4.2.2.1. Segurança de Dados: Conformidade estrita com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), garantindo o sigilo e a integridade das informações cadastrais dos alunos.

4.2.2.2. Acessibilidade: A solução tecnológica e os materiais didáticos devem observar as diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão, garantindo acesso a pessoas com deficiência (PcD).

4.3. Condições de Execução

4.3.1. Os cursos presenciais deverão ser executados prioritariamente dentro dos limites geográficos do município de Casimiro de Abreu, facilitando o acesso do público-alvo. Contudo, na comprovada inviabilidade de realização das aulas práticas ou teóricas dentro dos limites geográficos do município, ficará a cargo da empresa contratada o fornecimento de transporte adequado e gratuito para o deslocamento dos alunos. Dessa forma, o transporte dos alunos deve ser parte integrante da estimativa de preços dos cursos em que exista a previsão de serem parcialmente realizados fora do município.

4.3.2. O prazo máximo em dias para mobilização inicial das turmas após a assinatura da Ordem de Serviço será de 15 (quinze) dias. A definição do cronograma de oferta observará a demanda apresentada pela Secretaria, precedida de processo seletivo simplificado para inscrição, seleção e montagem das turmas.

4.4. Critérios de Qualidade e Conformidade

4.4.1. A qualidade da prestação dos serviços será aferida por meio de relatórios que monitorarão o tempo de resposta do suporte técnico e a tempestividade do suporte pedagógico aos alunos. É obrigatória a reposição em até 48 horas, de instrutores ou tutores em caso de vacância, licença ou desempenho insuficiente, sem prejuízo ao calendário/cronograma dos cursos.

4.5. - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.5.1 - Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar o atendimento das exigências deste item, observados os limites do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, vedada a exigência de documentos não previstos em lei ou desproporcionais ao objeto de cada lote.

4.5.2 - As exigências de qualificação técnica classificam-se em: (i) requisitos de habilitação, a serem comprovados na fase de habilitação do certame, na forma dos subitens 4.5.3; e (ii) obrigações de execução, exigíveis após a contratação e no prazo de mobilização, na forma dos subitens 4.5.4 a 4.5.8.

4.5.3 - Apresentação de atestado ou certidão de acervo técnico, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do item a que concorre a licitante.

4.5.4 - Comprovação, no prazo de mobilização, de que os cursos técnicos do Grupo 01 estão regularmente autorizados, credenciados ou reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) do estado sede da instituição ou pelo Ministério da Educação (MEC).

4.5.5 - Comprovação, no prazo de mobilização, de que os cursos do Grupo 04 são ministrados por instituição ou centro de treinamento regularmente habilitado, credenciado ou homologado pela Autoridade Marítima Brasileira / Diretoria de Portos e Costas, observadas as exigências específicas de cada treinamento.

4.5.6 - Comprovação, no prazo de mobilização, de que os cursos do Grupo 02 observam as normas regulamentadoras aplicáveis à natureza de cada ocupação, notadamente a NR-10 para o Curso de Eletricista Predial, a NR-11 para o Curso de Operador de Empilhadeira e a NR-20 e a ABNT NBR 16378 para o Curso de Pintura Industrial, bem como, quanto ao Curso de Bombeiro Civil, a Lei nº 11.901/2009 e a Resolução SEDEC nº 31 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

4.5.7 - Comprovação, no prazo de mobilização, de que o corpo docente dos cursos de língua inglesa do Grupo 05 é constituído por profissionais licenciados em Letras com habilitação em Língua Inglesa ou detentores de certificação internacional de proficiência reconhecida, com apresentação dos respectivos diplomas ou certificados.

4.5.8 - Comprovação, no prazo de mobilização, da qualificação técnico-profissional dos instrutores e tutores dos demais cursos, mediante apresentação de diploma, certificado técnico ou certificação profissional específica da área de atuação, acompanhada de comprovação do vínculo com a licitante, admitidas a carteira de trabalho, o contrato social, o contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura com anuência expressa do profissional.

4.5.9 - A documentação de qualificação técnica será apresentada exclusivamente na forma e na fase previstas neste item.

4.6. Premissas e Dependências

4.6.1 - O planejamento operacional baseia-se na estimativa de atendimento de até 1.440 (mil quatrocentas e quarenta) vagas, distribuídas entre as modalidades EAD e presencial.

4.6.2 - A Administração Pública poderá ceder locais como, salas de aula da rede de ensino municipal, para a realização de aulas teóricas dos cursos, a fim de garantir o melhor atendimento do interesse público. Ressaltando que o ônus logístico e operacional recai exclusivamente sobre a contratada.

4.6.3 - A execução do contrato depende diretamente do encaminhamento e da mobilização dos alunos pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, que detém a competência de seleção dos beneficiários.

4.7. Condições de Execução e Localização

4.7.1. Identifica-se como risco crítico o índice de evasão, comum em cursos de qualificação para públicos em vulnerabilidade. A contratada deverá apresentar estratégias de engajamento e retenção.

4.7.2 - Adicionalmente, a flutuação sazonal na demanda por turmas pode impactar o fluxo financeiro do contrato, exigindo da contratada capacidade de escala para atender picos de demanda sem perda de qualidade pedagógica.

4.8. Subcontratação e Vedações

4.9.1 É vedada a subcontratação do objeto deste Termo de Referência, e decorre em conformidade com o § 1º do art. 171 do Decreto Municipal nº 3335/2023, considerando tratar-se de contratação em que é usual haver no mercado a existência de empresas que executem de forma integral o objeto deste Termo de Referência.

4.9. Garantia dos Serviços e do Contrato

4.9.1. A garantia dos serviços educacionais e de certificação observará o disposto na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo eventuais inconsistências em certificados ou conteúdos ser corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis sem custos adicionais.

4.9.2. Não será exigida a prestação de garantia contratual prevista no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, as características da execução dos serviços e os mecanismos de acompanhamento e fiscalização previstos para a contratação. Além disto, trata-se de serviço que não resulta em obrigações futuras, nem possui mão de obra exclusiva.

4.9.3. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços educacionais destinados à oferta de cursos de qualificação profissional, cuja execução ocorrerá de forma parcelada, mediante a realização de turmas, conforme planejamento e cronograma estabelecidos pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda. A opção pela dispensa da garantia contratual fundamenta-se, especialmente, nos seguintes aspectos:

I – Execução parcelada dos serviços: A realização dos cursos ocorrerá por turmas, permitindo à Administração acompanhar e avaliar o cumprimento das obrigações contratuais de forma individualizada, reduzindo a exposição financeira decorrente de eventual inadimplemento.

II – Pagamento condicionado à efetiva prestação dos serviços: Os pagamentos serão realizados mediante comprovação da execução dos serviços, após a conclusão das respectivas turmas,

apresentação da documentação comprobatória e regular atesto pela fiscalização contratual, não havendo previsão de antecipação de pagamentos.

III – Mecanismos de fiscalização e controle: A execução contratual será acompanhada por servidores formalmente designados, responsáveis pela verificação do cumprimento das obrigações pactuadas, incluindo carga horária, frequência dos participantes, qualificação dos instrutores, disponibilização dos materiais e equipamentos necessários e emissão dos certificados ou diplomas, conforme a natureza dos cursos.

IV – Proporcionalidade e economicidade: Considerando a natureza dos serviços e a forma de pagamento estabelecida, a exigência de garantia contratual poderá representar custo adicional às empresas participantes, com possível repercussão nos preços ofertados, sem que se identifique, na avaliação dos riscos da contratação, benefício proporcional que justifique sua obrigatoriedade.

V – Preservação da competitividade: A não exigência de garantia contratual busca evitar a imposição de encargos financeiros desnecessários, favorecendo a ampla participação de empresas qualificadas, sem prejuízo da observância dos requisitos de habilitação técnica, jurídica, fiscal e econômico-financeira estabelecidos no instrumento convocatório.

Ressalta-se que a dispensa da garantia contratual não afasta as responsabilidades da empresa contratada pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, tampouco impede a aplicação das penalidades e demais medidas administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual, em caso de descumprimento.

Dessa forma, considerando a execução parcelada por turmas, a inexistência de pagamentos antecipados, a fiscalização contínua e os mecanismos de controle previstos, entende-se que a não exigência de garantia contratual constitui medida proporcional e compatível com as características da contratação, conforme avaliação de riscos e fundamentação constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP), observada a decisão da autoridade competente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, mediante a emissão de Ordens de Serviço (OS) sob demanda expedidas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda.

5.1.1. O cronograma de execução será definido de acordo com a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, observado o planejamento de oferta das turmas e a capacidade operacional da Contratada. A convocação para abertura de cada turma será precedida de processo seletivo simplificado, promovido pela Secretaria, destinado à inscrição, seleção e montagem das turmas.

5.2. O prazo de mobilização inicial da Contratada após a assinatura da Ordem de Serviço será de até 15 (quinze) dias para a estruturação das turmas, disponibilização dos acessos à plataforma e validação do cronograma pedagógico.

5.3. As aulas presenciais deverão ocorrer de segunda a sábado, em horários matutino, vespertino ou noturno, a serem definidos em conjunto com a Secretaria de Trabalho e Renda conforme a conveniência dos alunos e do interesse público.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Caberá à servidora MICHELLY DE CARVALHO E SILVA, matrícula 11298, designado como Gestora do Contrato por intermédio da Portaria à ser publicada, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação, nos termos do artigo 21 da Lei Municipal nº 2384/2023.

6.2. Caberá à Comissão de Fiscalização, designada por intermédio da Portaria a ser publicada, formada pelas servidoras e ANDREA DA SILVA FLORENCIO, matrícula 9619, e LAURA ALMEIDA VALADÃO, matrícula 13823 a fiscalização da contratação, ficando responsáveis pelos serviços prestados, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos

observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, nos termos do artigo 22 da Lei Municipal nº 2384/2023.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A unidade de contratação e medição será a vaga/matrícula. Para fins de pagamento, cada vaga/matrícula somente será considerada executada quando comprovado o atendimento efetivo do aluno, mediante documentação compatível com a natureza do curso, incluindo, conforme o caso, matrícula, frequência e aproveitamento, conclusão do módulo ou turma e certificação.

7.2. A avaliação da execução dos cursos do Grupo 01 será aferida por aluno efetivamente matriculado e ativo no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

7.2.1. O valor unitário contratado por vaga (aluno) dos cursos do Grupo 01 será dividido e pago em 2 (duas) etapas, conforme o cronograma de execução abaixo:

a) a) Etapa 1 – Implantação e Matrícula Ativa (20% do valor unitário por aluno): Será medida e paga em parcela única por aluno, após a disponibilização integral do AVA, entrega do material didático digital e comprovação do primeiro acesso e permanência do estudante decorridos 15 (quinze) dias corridos do início das aulas;

b) b) Etapa 2 – Execução Pedagógica Mensal (80% do valor unitário por aluno): Será medida e paga mensalmente, em parcelas iguais e proporcionais ao número de meses de duração do curso ou conforme progressão de conclusão do aluno mediante comprovação da frequência digital e/ou conclusão de módulos/períodos dos alunos.

7.2.2. O pagamento da última parcela mensal da Etapa 2 ficará condicionado, além da frequência e conclusão da carga horária, à aprovação final do estudante e à efetiva emissão do respectivo diploma ou certificado de conclusão.

7.3. Da Gestão de Evasão e Substituição de Alunos

7.3.1. Caso o aluno indicado pela Contratante desista antes do início das aulas ou dentro de um período de carência de 10 (dez) dias corridos contados da abertura da turma, a Contratante poderá realizar a substituição por aluno suplente sem qualquer ônus adicional ou cobrança de nova taxa de matrícula.

7.3.2. Caracterizada a evasão do aluno após o período de carência — assim considerada a inatividade injustificada no AVA por período superior a 30 (trinta) dias corridos ou o pedido formal de desistência, o pagamento das parcelas mensais futuras (Etapa 2) referentes àquela vaga será imediatamente suspenso, sendo devidos à Contratada apenas os meses efetivamente cursados até a data da caracterização da evasão.

7.4. Para os cursos dos Grupos 02, 03, 04 e 05 o pagamento será efetuado mediante comprovação da execução dos serviços e será aferida por vaga individual efetivamente ocupada e concluída (aluno participante), multiplicando-se o valor unitário contratado pela quantidade de participantes que iniciarem e concluírem o curso.

7.4.1. O pagamento dos cursos dos Grupos 02, 03, 04 e 05 será realizado em parcela única, após o encerramento integral de cada curso/turma, mediante a comprovação do cumprimento da carga horária, da frequência mínima exigida e da emissão dos respectivos certificados de conclusão.

7.5. A contratada deverá apresentar, para cada medição, relatório contendo a relação nominal dos alunos atendidos, curso, turma/módulo, período de execução, frequência e situação de conclusão, acompanhado dos documentos comprobatórios pertinentes.

7.5.1. Comprovação da disponibilização do material didático, plataforma AVA e insumos/EPIs, quando aplicáveis.

7.5.2. Cópia dos certificados emitidos ou comprovante de conclusão do módulo/turma para os alunos aptos, conforme a natureza do curso.

7.5.3. Certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

7.6. Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal e da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista exigível.

7.7. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações em razão de eventual atraso de pagamento da Contratante, ressalvadas as hipóteses e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 137, §2º, IV, observados os procedimentos administrativos aplicáveis.

7.8. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da Contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculada pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

7.9. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

7.10. O recebimento dos serviços objeto desta contratação observará o disposto no art. 140, inciso I, alíneas “a” e “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando as características específicas dos cursos presenciais e dos cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância (EAD).

7.11. O recebimento será realizado por turma ou etapa contratualmente prevista, mediante verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no contrato e em seus anexos.

7.12. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.12.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório emitido pelo fiscal do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, e definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório e mediante verificação da conformidade nos termos da subseção 7.5.

7.13. Constatado qualquer irregularidade nos serviços, a Fiscalização comunicará ao Prestador de Serviços, por escrito, para que no prazo máximo de 10 (dez) dias efetue a correção, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O(s) licitante(s) devem observar ao princípio de vinculação ao Edital expresso no Art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e atentar desde à sua divulgação e atender plenamente às suas cláusulas.

8.2. Quanto às condições de habilitação, o licitante deverá demonstrar: capacidade jurídica; regularidade fiscal e trabalhista, e; qualificação técnica, na forma prevista no instrumento convocatório.

8.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:

8.3.1. Sicaf (https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/consultass);

8.3.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

8.3.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis;

8.3.4. A seleção do fornecedor dar-se-á por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com julgamento pelo **Menor Preço por Item**, via **Sistema de Registro de Preços**.

8.4. A qualificação técnica exigida para habilitação observará o item 4.5 deste termo.

9. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS

9.1. O quantitativo estimado da contratação é de até 1.440 (mil, quatrocentas e quarenta) vagas, distribuídas uniformemente em 80 (oitenta) vagas por item, totalizando 18 (dezoito) cursos distintos, conforme detalhamento do item 9.7 deste Termo de Referência.
9.2. A estimativa foi definida com base na série histórica dos exercícios de 2022 e 2023, que registrou 5.900 (cinco mil e novecentas) vagas licitadas, 4.074 (quatro mil e setenta e quatro) vagas ofertadas e 2.314 (duas mil, trezentas e quatorze) matrículas efetivamente executadas, apurando-se taxa de ocupação da oferta de 56,8% (cinquenta e seis inteiros e oito décimos por cento).
9.3. O parâmetro técnico adotado é o cadastro de reserva apurado nos resultados finais dos processos seletivos simplificados do Programa Municipal de Qualificação Profissional — PROQUALI, instituído pela Lei Municipal nº 1.556, de 19 de março de 2013 —, referentes aos Editais 01/2022, 02/2022, 03/2022 e 01/2023, que registram candidatos aprovados e não convocados por insuficiência de oferta, totalizando aproximadamente 3.700 (três mil e setecentos) candidatos nessa condição.
9.4. Sobre o cadastro de reserva aplicou-se fator de retenção de 39%, que considera a sobreposição de candidatos inscritos em mais de um curso ou edital, a evasão e o não comparecimento de 43,2% apurados entre oferta e matrícula, e a atualização cadastral decorrente do intervalo até a nova contratação, resultando em 1.443 (mil, quatrocentas e quarenta e três) vagas, arredondadas para 1.440 (mil, quatrocentas e quarenta) em razão do ajuste aos 18 (dezoito) cursos.
9.5. O quantitativo corresponde à cobertura de 38,9% do cadastro de reserva apurado, sendo inferior à demanda aprovada e não atendida, o que confirma a razoabilidade da estimativa, nos termos do art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.
9.6. Memória de cálculo

Descrição	Cálculo	Resultado
Candidatos em cadastro de reserva apurados nos editais	Somatório dos editais 2022-2023	3.700
Vagas ofertadas no período	Soma dos quantitativos empenhados	4.074
Matrículas executadas	Relatórios das medições dos serviços	2.314
Taxa de não conversão entre oferta e matrícula	(4.074 − 2.314) ÷ 4.074	43,2%
Fator de retenção aplicado ao cadastro de reserva	Sobreposição + evasão	39%
Vagas calculadas	3.700 × 0,39	1.443
Arredondamento para múltiplo de 80	Ajuste ao lote de 18 itens	1.440
Distribuição por item	1.440 ÷ 18	80
Turmas por curso	80 ÷ 20	4

9.7. Descrição dos Itens

Item	Especificação	Catálogo: CATMAT/ CATSER (SIMILAR)	Un.	Quant.	Valor médio	Valor Total Médio
01	Curso Técnico em Administração (Grupo 01)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 443,95	R$ 35.516,00
02	Curso Técnico em Eletrotécnica (Grupo 01)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 502,29	R$ 40.183,20
03	Curso Técnico em Logística (Grupo 01)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 510,75	R$ 40.860,00

04	Curso Técnico em Mecânica (Grupo 01)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 444,52	R$ 35.561,60
05	Curso Técnico em Segurança do Trabalho (Grupo 01)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 443,40	R$ 35.472,00
06	Curso de Bombeiro Civil (Grupo 02)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 1.274,17	R$ 101.933,60
07	Curso de Eletricista Predial (Grupo 02)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 819,53	R$ 65.562,40
08	Curso de Operador de Empilhadeira (Grupo 02)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 622,75	R$ 49.820,00
09	Curso de Pedreiro Básico (Grupo 02)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 1.100,00	R$ 88.000,00
10	Curso de Pintura Industrial (Grupo 02)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 2.550,00	R$ 204.000,00
11	Curso de Designer de Cílios e Sobrancelhas (Grupo 03)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 884,41	R$ 70.752,80
12	Curso de Manicure e Pedicure (Grupo 03)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 651,44	R$ 52.115,20
13	Curso de CBSP (Curso Básico de Segurança de Plataforma) (Grupo 04)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 844,75	R$ 67.580,00
14	Curso de HUET (Treinamento de Escape de Aeronave Submersa) (Grupo 04)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 396,00	R$ 31.680,00
15	Curso de Movimentação de Cargas (Grupo 04)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 719,75	R$ 57.580,00
16	Curso de Inglês Regular (Grupo 05)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 551,33	R$ 44.106,40
17	Curso de Inglês para área offshore (Grupo 05)	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 433,00	R$ 34.640,00
18	Curso de Inglês para área de Turismo e Hotelaria	15431	vagas/ matrículas	80	R$ 485,97	R$ 38.877,60

	(Grupo 05)					
			TOTAL	1440		**R$ 1.094.240,80**

9.8. O prazo de validade da proposta comercial será de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública., devendo contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do serviço.

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor global estimado para a presente contratação é de **R$ 1.094.240,80** (Um milhão, noventa e quatro mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), com data-base das cotações em 04/09/2026, conforme cotação realizada pelo Departamento de Compras.

11. REAJUSTAMENTO

11.1.1. - Os contratos que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (04/09/2026), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

11.1.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

11.1.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

11.1.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

11.1.5. Nos termos do artigo 231 do Decreto Municipal nº 3.335/2023, serão objeto de preclusão: 26.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato e;

11.1.6. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas do Registro de Preços correrão à conta dos recursos orçamentários previstos na dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda:

Programa de Trabalho nº: 20.21.11.333.0113.2.302

Elemento de Despesa nº: 3.3.90.39.99.00 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

Ficha: consoante orçamento vigente

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

11.3 Utiliza recurso da União? (x) Sim ( ) Não

11.3.1 Emenda Parlamentar: 202540140005-GUTEMBERG REIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

13.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

13.3. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

13.4. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação.

13.5. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

13.6. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cujas condutas seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

13.7. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência dos serviços contratados, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

13.8. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos materiais fornecidos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.

13.9. Não utilizar o nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

13.10. Não se pronunciar em nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

13.11. Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

13.12. Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (endereço, telefone, e-mail).

13.13. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

13.14. - Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providencias necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

13.15. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

13.16. Assumir total responsabilidade pelos serviços e materiais utilizados que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Casimiro de Abreu e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

13.17. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os serviços e materiais considerados

inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em descordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

13.18. Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

13.19. Obter as licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

13.20. Disponibilizar profissionais habilitados e em quantidade suficiente.

13.21. Fornecer materiais, equipamentos, infraestrutura, insumos e EPIs necessários às atividades práticas, quando aplicáveis.

13.22. Garantir a continuidade das aulas e substituir em até 48 horas profissionais impossibilitados de atuar.

13.23. Manter registros de frequência, avaliações, progresso, conclusão e evasão dos alunos.

13.24. Emitir certificados conforme a natureza de cada curso e requisitos legais aplicáveis.

13.25. Providenciar licenças, autorizações, credenciamentos e homologações de sua responsabilidade.

13.26. Emitir e entregar os certificados de conclusão devidamente registrados aos alunos aprovados no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a finalização do curso.

13.27. Arcar com deslocamentos, fretes, seguros, taxas, materiais e demais custos necessários à execução.

13.28. Guardar sigilo sobre dados e informações dos alunos e do Município, observando a LGPD.

13.29. Corrigir ou refazer, às suas expensas, serviços considerados inadequados ou em desacordo.

13.30. Comunicar à fiscalização qualquer fato que possa comprometer o cronograma ou a qualidade dos serviços.

12.31 Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.32 O Município de Casimiro de Abreu e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

14.2. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

14.3. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos serviços e materiais efetivamente executados e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

15.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

15.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Casimiro de Abreu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 31 e seguintes da Lei Municipal nº 2384/2023.

15.4. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Controladoria Geral do Município, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

15.5. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

16.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas no edital de licitação, vinculando os agentes públicos e licitantes que participarem do certame e das contratações para todos os fins.

Casimiro de Abreu, 13 de Novembro de 2026.

Elaborado por:**Michelly de Carvalho e Silva** Auxiliar Administrativo Matrícula 11298

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes,
APROVO o presente Termo de Referência.

Renata Caroline Costa Reis
Secretária Municipal de Trabalho e Renda
Portaria 951/2026

MINUTA APROVADA PELA PGM EM 07/10/2025, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3.581/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO E FINALIDADE

O presente Anexo detalha o conteúdo programático simplificado dos 18 cursos previstos neste Termo de Referência, contemplando, para cada curso, o objetivo, a estrutura modular, as competências a serem desenvolvidas e as ocupações CBO correlatas, de modo a servir de parâmetro mínimo de aceitabilidade das propostas e de referência para a fiscalização contratual. Fica expresso que: (a) a carga horária é indicada apenas no total do curso, conforme quadro resumo, sem fracionamento por módulo; (b) a distribuição da carga horária entre os módulos é de responsabilidade pedagógica da contratada, devendo o somatório corresponder à carga horária mínima exigida para cada curso; (c) o conteúdo programático aqui descrito constitui parâmetro mínimo, admitindo-se detalhamento maior pela contratada; e (d) os códigos CBO indicados são referências de empregabilidade e não condicionam a certificação.

4. 2. QUADRO-RESUMO DOS CURSOS

Item	Curso	Grupo	Modalidade	CH mínima	Registro técnico exigido
01	Técnico em Administração	Grupo 01	EAD	800h	Autorização de órgão Estadual/Federal de Educação
02	Técnico em Eletrotécnica	Grupo 01	EAD	1.200h	Autorização de órgão Estadual/Federal de Educação
03	Técnico em Logística	Grupo 01	EAD	800h	Autorização de órgão Estadual/Federal de Educação
04	Técnico em Mecânica	Grupo 01	EAD	1.200h (teoria e prática)	Autorização de órgão Estadual/Federal de Educação
05	Técnico em Segurança do Trabalho	Grupo 01	EAD	1.200h	Autorização de órgão Estadual/Federal de Educação
06	Bombeiro Civil	Grupo 02	Presencial	80h	Homologação CBMERJ
07	Eletricista Residencial e Predial	Grupo 02	Presencial	160h (teoria e prática)	_____
08	Operador de Empilhadeira	Grupo 02	Presencial	160h (teoria e prática)	_____
09	Pedreiro Básico	Grupo 02	Presencial	200h (teoria e prática)	_____
10	Pintura Industrial	Grupo 02	Presencial	160h (teoria e prática)	_____
11	Designer de Cílios e Sobrancelhas	Grupo 03	Presencial	80h (teoria e prática)	_____
12	Manicure e Pedicure	Grupo 03	Presencial	160h (teoria e prática)	_____
13	CBSP	Grupo 04	Presencial	40h (teoria e prática)	Homologação Autoridade Marítima/DPC
14	HUET	Grupo 04	Presencial	16h (teoria e prática)	Homologação Autoridade Marítima/DPC
15	Movimentação de Cargas	Grupo 04	Presencial	40h (teoria e prática)	_____
16	Inglês Regular	Grupo 05	Presencial	160h	_____
17	Inglês para área Offshore	Grupo 05	Presencial	80h	_____

18	Inglês para Turismo e Hotelaria	Grupo 05	Presencial	80h	————————————

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO SUGERIDO POR CURSO

4.2. Item 01 — Técnico em Administração (Grupo 01)
Carga horária mínima: 800h

Modalidade: EAD

Objetivo geral: Capacitar o participante para exercer atividades administrativas, contábeis, comerciais e de gestão de pessoas em organizações públicas e privadas, com domínio dos processos de apoio, do fluxo documental e das ferramentas de tecnologia da informação, em conformidade com o catálogo nacional de cursos técnicos.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Fundamentos da Administração

Comunicação Empresarial e Redação Oficial

Matemática Financeira e Estatística Aplicada
Contabilidade Geral e Custos
Gestão de Pessoas e Departamento Pessoal
Gestão de Estoques e Suprimentos
Direito Administrativo e Empresarial Aplicado
Tecnologia da Informação e Pacote Office
Ética, Cidadania e Legislação Trabalhista
Empreendedorismo e Inovação
Projeto Integrador e Estágio Supervisionado (quando aplicável)
Metodologia de Trabalho de Conclusão

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar os processos administrativos e organizar rotinas de escritório
Elaborar documentos oficiais e correspondências empresariais conforme padrões vigentes
Aplicar noções de matemática financeira e estatística às rotinas administrativas
Executar atividades de apoio contábil, de estoques e de departamento pessoal
Operar ferramentas de tecnologia da informação e pacotes de escritório
Interpretar a legislação trabalhista e administrativa aplicável
Avaliar processos e propor melhorias na organização do trabalho

Ocupações CBO correlatas:

Auxiliar Administrativo **4110-05**
Auxiliar de Estoque **4141-25**
Atendente de Informações **4223-15**
Auxiliar de Recursos Humanos **4110-05**
Auxiliar Contábil **4131-10**
Auxiliar de Escritório **4110-05**

Auxiliar de Escritório Profissional **4110-30**
Assistente Administrativo **4110-10**

Item 02 — Técnico em Eletrotécnica (Grupo 01)
Carga horária mínima: 1.200h (teoria e prática)

Modalidade: EAD

Objetivo geral: Capacitar o participante para projetar, instalar, operar e manter instalações e equipamentos elétricos prediais e industriais, com ênfase em segurança, eficiência energética e conformidade com as normas técnicas e regulamentadoras aplicáveis.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Eletricidade Básica e Magnetismo
Desenho Técnico e Leitura de Projetos Elétricos
Instalações Elétricas Prediais de Baixa Tensão
Instalações Elétricas Industriais
Máquinas Elétricas e Acionamentos
Comandos Elétricos e Automação
Eletrônica Básica Aplicada
Sistemas de Proteção, Aterramento e SPDA
Eficiência Energética e Energias Renováveis
Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (NR-10)
Manutenção Elétrica Preventiva e Corretiva
Projeto Integrador e Práticas de Laboratório

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar grandezas, circuitos e componentes elétricos e eletrônicos
Interpretar projetos elétricos e sua simbologia técnica
Executar instalações elétricas prediais e industriais de baixa tensão
Operar máquinas elétricas, comandos e sistemas de automação
Aplicar sistemas de proteção, aterramento e SPDA
Avaliar eficiência energética e propor soluções com energias renováveis
Executar manutenção elétrica preventiva e corretiva
Aplicar as exigências de segurança da NR-10 em serviços em eletricidade

Ocupações CBO correlatas:

Auxiliar de Desenho Técnico em Eletromecânica **3118-05**
Auxiliar Eletrotécnico **3131-10**
Auxiliar de Montador de Equipamentos Eletroeletrônicos **7311-10**
Auxiliar de Instalações Prediais e Industriais **7311-10**
Montador de Equipamentos Eletrônicos **7311-10**
Assistente de Instalações Elétricas **7156-15**

Item 03 — Técnico em Logística (Grupo 01)
Carga horária mínima: 800h

Modalidade: EAD

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Objetivo geral: Capacitar o participante para planejar, executar e controlar os processos da cadeia de suprimentos, compreendendo compras, armazenagem, transporte, distribuição e logística reversa, com uso das tecnologias e dos indicadores próprios da área.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Fundamentos de Logística e Cadeia de Suprimentos
Gestão de Compras e Suprimentos
Armazenagem, Estoque e Inventário
Transporte, Distribuição e Roteirização
Logística Reversa e Sustentabilidade
Gestão da Produção e Planejamento de Demanda
Custos Logísticos e Formação de Preço
Tecnologia da Informação Aplicada à Logística (WMS/TMS)
Comércio Exterior e Documentação
Legislação Aduaneira e Tributária
Segurança e Saúde no Trabalho em Logística
Projeto Integrador

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar os elos da cadeia de suprimentos e seus indicadores
Elaborar planos de compras, armazenagem e distribuição
Executar controles de estoque, inventário e roteirização
Aplicar sistemas de gestão (WMS/TMS) aos processos logísticos
Interpretar a legislação aduaneira, tributária e trabalhista aplicável
Avaliar custos logísticos e formação de preço
Propor soluções de logística reversa e de sustentabilidade

Ocupações CBO correlatas:

Auxiliar Administrativo **4110-05**
Auxiliar Financeiro **4131-10**
Atendente de Informações **4223-15**
Auxiliar de Logística **4141-40**
Auxiliar de Estoque **4141-25**
Planejamento em Logística **4110**
Analista de Logística **2527-15**

Item 04 — Técnico em Mecânica (Grupo 01)
Carga horária mínima: 1.200h (teoria e prática)

Modalidade: EAD

Objetivo geral: Capacitar o participante para auxiliar e executar atividades de desenho técnico, fabricação, montagem e manutenção mecânica industrial, com domínio de metrologia, processos de usinagem, elementos de máquinas e normas de segurança do setor.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Desenho Técnico Mecânico e Metrologia

Materiais de Construção Mecânica e Ensaios
Tecnologia Mecânica e Processos de Fabricação
Usinagem Convencional e CNC
Elementos de Máquinas e Mecanismos
Hidráulica e Pneumática
Manutenção Industrial Preventiva e Corretiva
Soldagem e Caldeiraria Básica
Comandos Hidráulicos e Pneumáticos
Refrigeração e Climatização (noções)
Segurança do Trabalho e NR-12
Projeto Integrador e Práticas de Oficina

Competências a serem desenvolvidas:

Interpretar desenhos técnicos e aplicar instrumentos de metrologia
Identificar materiais e processos de fabricação mecânica
Operar máquinas de usinagem convencional e noções de CNC
Executar montagem e manutenção industrial preventiva e corretiva
Aplicar princípios de hidráulica, pneumática e comandos associados
Executar trabalhos básicos de soldagem e caldeiraria
Aplicar as exigências de segurança da NR-12 em máquinas e equipamentos

Ocupações CBO correlatas:

Aprendiz de Mecânica de Manutenção **9113-05**
Assistente de Desenho de Ferramentas Mecânicas **3182-05**
Assistente de Desenhista Projetista de Máquinas **3186-05**
Auxiliar Técnico de Mecânica **3141-10**
Auxiliar de Desenhista Técnico da Mecânica **3182**

Item 05 — Técnico em Segurança do Trabalho (Grupo 01)
Carga horária mínima: 1.200h

Modalidade: EAD

Objetivo geral: Capacitar o participante para atuar na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, identificando riscos ambientais, propondo medidas de controle e operacionalizando programas e documentos legais exigidos pela legislação de segurança e saúde no trabalho.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Introdução à Segurança do Trabalho e Legislação (NRs)
Higiene Ocupacional e Agentes de Risco
Avaliação e Controle de Riscos Físicos, Químicos e Biológicos
Ergonomia e Análise Ergonômica do Trabalho
Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico
Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva
Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e PCMSO
Investigação e Análise de Acidentes
SESMT, CIPA e Organização de Documentação Legal
Primeiros Socorros

Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho
Projeto Integrador e Práticas de Campo

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes
Aplicar as normas regulamentadoras aplicáveis às atividades laborais
Executar avaliações e propor medidas de controle de riscos
Elaborar documentos dos programas PGR e PCMSO
Interpretar indicadores de acidentes e contribuir com investigações
Operar procedimentos de prevenção e combate a incêndio
Prestar primeiros socorros em situações de emergência
Avaliar condições de ergonomia e de saúde mental no trabalho

Ocupações CBO correlatas:

Operador de Microcomputador **4121-10**
Auxiliar Administrativo em Segurança do Trabalho **4121-10**
Auxiliar de Agente de Higiene e Segurança **2543-10**
Auxiliar de Segurança **2541-10**
Agente de Higiene e Segurança **2542-10**
Assistente de Segurança **5173-30**

Item 06 — Bombeiro Civil (Grupo 02)
Carga horária mínima: 80h

Modalidade: Presencial

Objetivo geral: Capacitar o participante para desempenhar as atribuições de Bombeiro Civil, conforme a Lei nº 11.901/2009 e a SEDEC 31/CBMERJ, em prevenção e combate a incêndio, salvamento, primeiros socorros e evacuação de emergência em edificações e eventos.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Legislação, Ética Profissional e Atribuições do Bombeiro Civil
A1 — Prevenção e Combate a Incêndio
A2 — Equipamentos de Combate a Incêndio e Auxiliares
A3 — Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e de Proteção Respiratória (EPR)
A4 — Salvamento Terrestre
A5 — Produtos Perigosos
A6 — Primeiros Socorros
Prática Integrada e Avaliação

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar os riscos de incêndio e pânico em edificações e eventos
Operar equipamentos de combate a incêndio e auxiliares
Aplicar corretamente EPIs e EPRs nas atividades de emergência
Executar técnicas de salvamento terrestre e de evacuação
Aplicar procedimentos de primeiros socorros e manuseio preliminar de produtos perigosos
Avaliar cenários de emergência e agir conforme atribuições legais do Bombeiro Civil

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Ocupações CBO correlatas:

Ocupação regulamentada pela Lei nº 11.901/2009; não há CBO específico no Anexo I do Termo de Referência.

Bombeiro Civil (ocupação regulamentada pela Lei nº 11.901/2009)

Item 07 — Eletricista Residencial e Predial (Grupo 02)
Carga horária mínima: 160h (teoria e prática)

Modalidade: Presencial

Objetivo geral: Capacitar o participante para executar instalações, manutenções e reparos elétricos residenciais e prediais de baixa tensão, com segurança, interpretação de projetos e observância da NR-10.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Eletricidade Básica e Grandezas Elétricas
Ferramentas, Instrumentos de Medição e EPIs
Leitura de Projetos e Simbologia Elétrica
Instalações Prediais de Baixa Tensão (tomadas, iluminação, quadros)
Dimensionamento de Condutores e Proteções
Aterramento e SPDA
Manutenção e Reparos Elétricos
Projetos Elétricos Residenciais e Comerciais
Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (NR-10)
Prática Supervisionada e Avaliação

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar grandezas e componentes de circuitos elétricos prediais
Interpretar projetos e simbologia elétrica
Executar instalações de tomadas, iluminação e quadros de distribuição
Dimensionar condutores e dispositivos de proteção
Aplicar técnicas de aterramento e noções de SPDA
Executar manutenção e reparos elétricos com segurança
Aplicar as exigências da NR-10 nos serviços em eletricidade

Ocupações CBO correlatas:

Eletricista de Instalações Prediais **7156-15**
Eletricista de Manutenção **7156-05**
Instalador-Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações **7313-05**

Item 08 — Operador de Empilhadeira (Grupo 02)
Carga horária mínima: 160h (teoria e prática)

Modalidade: Presencial

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Objetivo geral: Capacitar o participante para operar empilhadeiras com segurança, observando a legislação, as normas regulamentadoras aplicáveis, os limites de carga e os procedimentos operacionais exigidos.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Legislação e Normas de Segurança (NR-11 e NR-12)
Características e Classificações das Empilhadeiras
Componentes, Comandos e Inspeção Pré-Operacional
Diagrama de Carga, Estabilidade e Centro de Gravidade
Empilhamento e Desempilhamento
Rotulagem e Identificação de Cargas
EPIs e Procedimentos de Segurança
Prática Operacional Supervisionada e Avaliação

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar os tipos e componentes das empilhadeiras
Interpretar o diagrama de carga e os conceitos de estabilidade
Operar a empilhadeira em manobras de empilhamento e desempilhamento
Executar a inspeção pré-operacional do equipamento
Aplicar procedimentos de segurança e uso de EPIs
Identificar cargas por rotulagem e conduzi-las com segurança

Ocupações CBO correlatas:

Operador de Empilhadeira **7822-20**
Operador de Máquinas de Movimentação de Carga **7822-15**

Item 09 — Pedreiro Básico (Grupo 02)
Carga horária mínima: 200h (teoria e prática)

Modalidade: Presencial

Objetivo geral: Capacitar o participante para executar serviços básicos de alvenaria, revestimento e acabamento em obras de construção civil, com leitura de projetos, preparo de argamassas e observância das normas de segurança do setor.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Leitura de Projetos e Noções de Desenho
Materiais de Construção Civil
Ferramentas, Equipamentos e EPIs
Preparo de Argamassas e Concretos
Alvenaria e Execução de Paredes
Revestimentos, Reboco e Emboço
Pisos, Contrapisos e Azulejamento
Instalações Básicas (elétrica e hidráulica — noções)
Impermeabilização
Segurança no Trabalho na Construção Civil (NR-18 e NR-35)
Prática Supervisionada em Canteiro e Avaliação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar materiais, ferramentas e equipamentos de construção civil
Interpretar projetos e noções de desenho técnico aplicadas à obra
Preparar argamassas e concretos nas dosagens adequadas
Executar alvenaria, revestimentos, reboco, emboço e azulejamento
Aplicar técnicas de contrapiso, pisos e impermeabilização
Reconhecer noções de instalações elétricas e hidráulicas em obra
Aplicar as exigências de segurança da NR-18 e da NR-35

Ocupações CBO correlatas:

Pedreiro **7152-10**
Servente de Obras **7170-20**

Item 10 — Pintura Industrial (Grupo 02)
Carga horária mínima: 160h (teoria e prática)

Modalidade: Presencial

Objetivo geral: Capacitar o participante para executar serviços de pintura industrial e proteção anticorrosiva, compreendendo preparação de superfície, aplicação de esquemas de pintura, controle de qualidade e requisitos de segurança, saúde e meio ambiente.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Introdução à Pintura Industrial e Normas Técnicas (ABNT NBR 16378)
Corrosão e Mecanismos de Degradação
Preparação de Superfície Manual e Mecânica
Hidrojateamento e Jateamento Abrasivo
Esquemas de Pintura e Sistemas de Proteção Anticorrosiva
Tintas, Vernizes e Produtos Industriais
Aplicação com Rolo, Trincha e Pistola Convencional
Sistema Airless e Aplicação de Alta Produtividade
Controle de Qualidade, Espessura e Inspeção
SSMA — Segurança, Saúde e Meio Ambiente
Gestão de Resíduos e Descarte
Prática Supervisionada e Avaliação

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar os mecanismos de corrosão e degradação de superfícies
Executar preparação de superfície manual, mecânica e por jateamento
Interpretar esquemas de pintura e sistemas de proteção anticorrosiva
Operar equipamentos de aplicação convencional e airless
Avaliar espessuras e executar controle de qualidade e inspeção
Aplicar procedimentos de SSMA e de gestão de resíduos
Aplicar as diretrizes da ABNT NBR 16378 nos serviços de pintura

Ocupações CBO correlatas:

Pintor de Equipamentos Industriais **7232-15**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Pintor Industrial **7232-10**

Item 11 — Designer de Cílios e Sobrancelhas (Grupo 03)
Carga horária mínima: 80h (teoria e prática)

Modalidade: Presencial

Objetivo geral: Capacitar o participante para executar procedimentos de design de sobrancelhas e extensão de cílios, com técnicas de visagismo, biossegurança, cosméticos aplicados e atendimento ao cliente.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Biossegurança, Higienização e Esterilização de Materiais
Estudo da Pele, Anatomia e Dermatologia do Rosto
Visagismo e Proporções Faciais
Design de Sobrancelhas — Higienização, Coloração, Henna e Remoção com Linha
Design Masculino e Feminino
Extensão de Cílios — Fio a Fio e Clássica
Volume Russo (Mega Volume), Lifting e Coloração
Manutenção, Remoção e Cuidados Pós-Tratamento
Cosmetologia e Produtos Aplicados
Gestão do Negócio e Atendimento ao Cliente
Prática Simulada em Ambiente Profissional e Avaliação

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar as estruturas anatômicas e dermatológicas do rosto
Aplicar técnicas de biossegurança, higienização e esterilização
Executar design de sobrancelhas nas técnicas de coloração, henna e linha
Executar extensão de cílios fio a fio, clássica e em volume
Aplicar princípios de visagismo e proporções faciais
Orientar clientes sobre manutenção e cuidados pós-tratamento
Gerenciar rotinas básicas do negócio e do atendimento

Ocupações CBO correlatas:

Manicure **5161-05**
Esteticista **3221-30**
Cabeleireiro **5161-10**

Item 12 — Manicure e Pedicure (Grupo 03)
Carga horária mínima: 160h (teoria e prática)

Modalidade: Presencial

Objetivo geral: Capacitar o participante para executar serviços de manicure e pedicure, incluindo técnicas de esmaltação, cutilagem, alongamento e reconstrução de unhas, com rigor de biossegurança e qualidade no atendimento.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Biossegurança, Higienização e Esterilização
Anatomia e Fisiologia das Unhas e da Pele
Visagismo para Mãos e Pés
Técnicas de Esmaltação e Esmaltação em Gel
Cutilagem Russa e Técnicas de Finalização
Hidratação Intensiva e Reconstrução da Unha
Alongamento em Acrílico Esculpido e Unha Encapsulada
Unha Bailarina e Tendências
Cosmetologia, Terapia e Massagens para os Pés
Gestão do Negócio e Atendimento
Prática Simulada em Ambiente Profissional e Avaliação

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar a anatomia e a fisiologia das unhas e da pele
Aplicar procedimentos de biossegurança, higienização e esterilização
Executar técnicas de esmaltação, esmaltação em gel e cutilagem russa
Executar alongamentos em acrílico esculpido e unhas encapsuladas
Aplicar técnicas de hidratação e reconstrução da unha
Reconhecer tendências e aplicar princípios de visagismo para mãos e pés
Gerenciar rotinas básicas do negócio e do atendimento

Ocupações CBO correlatas:

Manicure **5161-05**
Pedicure **5161-15**

Item 13 — CBSP — Curso Básico de Segurança de Plataforma (Grupo 04)
Carga horária mínima: 40h (teoria e prática)

Modalidade: Presencial

Objetivo geral: Capacitar o participante para atuar com segurança em plataformas e instalações offshore, conforme regulamentação da Autoridade Marítima, em prevenção de incêndio, sobrevivência, abandono de unidade e procedimentos de emergência.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Regulamentação Marítima e Normas da Autoridade Marítima (DPC)
Prevenção e Combate a Incêndio
Técnicas de Sobrevivência Pessoal e Abandono de Embarcação
Procedimentos de Emergência e Alarmes
Primeiros Socorros Elementares
Segurança Pessoal e Responsabilidade Social
Conscientização de Proteção (Security Awareness)
Prática em Tanque e Avaliação

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar os riscos das operações em instalações offshore
Aplicar a regulamentação da Autoridade Marítima e da DPC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Operar equipamentos de combate a incêndio e de sobrevivência
Executar procedimentos de abandono de embarcação e resgate
Prestar primeiros socorros elementares
Aplicar práticas de segurança pessoal e conscientização de proteção
Agir conforme os procedimentos de emergência e alarmes da unidade

Ocupações CBO correlatas:

Trabalhador de Plataforma Marítima / Operador de Produção Offshore **8111-05**

Item 14 — HUET — Treinamento de Escape de Aeronave Submersa (Grupo 04)
Carga horária mínima: 16h (teoria e prática)

Modalidade: Presencial

Objetivo geral: Capacitar o participante para reagir corretamente a emergências em transporte aéreo sobre a água, dominando as técnicas de abandono, escape de aeronave submersa e sobrevivência no mar.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Riscos das Operações Aéreas sobre a Água
Procedimentos de Emergência em Voo e Pouso Forçado na Água
Uso de Colete Salva-Vidas e Equipamentos de Sobrevivência
Técnicas de Abandono e Resgate na Água
Respiração e Controle em Ambiente Submerso
Simulação Prática de Emborcamento e Escape de Aeronave Submersa
Avaliação Prática

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar os riscos das operações aéreas sobre a água
Aplicar os procedimentos de emergência em voo e em pouso forçado
Operar colete salva-vidas e equipamentos de sobrevivência
Executar técnicas de abandono e de resgate na água
Controlar a respiração em ambiente submerso
Executar o escape de aeronave submersa em simulação prática

Ocupações CBO correlatas:

Trabalhador Offshore / Operador de Produção Offshore **8111-05**

Item 15 — Movimentação de Cargas (Grupo 04)
Carga horária mínima: 40h (teoria e prática)

Modalidade: Presencial

Objetivo geral: Capacitar o participante para executar operações de movimentação, amarração e sinalização de cargas com segurança, conforme as normas regulamentadoras aplicáveis e os procedimentos de inspeção de acessórios.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Normas de Segurança e Prevenção de Acidentes (NR-11, NR-34 e NR-37)
Inspeção de Cabos de Aço, Correntes e Acessórios de Carga
Técnicas de Sinalização e Comunicação
Amarração, Amarrações e Equilíbrio de Cargas
Operação de Equipamentos (empilhadeiras, pontes rolantes, guindautos)
Armazenamento e Transporte Seguro de Materiais
Riscos em Portos, Indústrias e Canteiros de Obras
Prática Operacional Supervisionada e Avaliação

Competências a serem desenvolvidas:

Identificar os riscos das operações de movimentação de cargas
Aplicar as NR-11, NR-34 e NR-37 nas atividades desempenhadas
Inspecionar cabos de aço, correntes e acessórios de carga
Executar técnicas de sinalização, amarração e equilíbrio de cargas
Operar equipamentos de movimentação conforme procedimentos
Avaliar condições de armazenamento e transporte seguro de materiais

Ocupações CBO correlatas:

Operador de Máquinas de Movimentação de Carga **7822-15**
Operador de Empilhadeira **7822-20**
Sinaleiro/Amarrador de Cargas **7832-15**

Item 16 — Inglês Regular (Grupo 05)
Carga horária mínima: 160h

Modalidade: Presencial

Objetivo geral: Capacitar o participante para compreender e produzir enunciados simples em língua inglesa, desenvolvendo habilidades de escuta, fala, leitura e escrita em contextos cotidianos e profissionais básicos.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Apresentação Pessoal e Saudações
Rotinas Diárias e Tempos Verbais Básicos
Números, Datas, Horas e Informações Pessoais
Compreensão de Instruções e Diálogos Cotidianos
Vocabulário do Ambiente de Trabalho
Interações Simples em Situações Práticas
Compreensão e Produção Oral Básica
Leitura e Escrita de Textos Curtos
Avaliação Final

Competências a serem desenvolvidas:

Compreender instruções e diálogos simples em língua inglesa
Aplicar estruturas gramaticais básicas na comunicação oral e escrita
Elaborar apresentações pessoais e interações cotidianas em inglês
Interpretar textos curtos de leitura corrente

Utilizar vocabulário do ambiente de trabalho
Produzir textos curtos em língua inglesa

Ocupações CBO correlatas:

Competência transversal, aplicável a todas as ocupações; não há CBO específico no Anexo I.

Competência transversal aplicável a todas as ocupações

Item 17 — Inglês para Área Offshore (Grupo 05)
Carga horária mínima: 80h

Modalidade: Presencial

Objetivo geral: Capacitar o participante para comunicar-se em língua inglesa no ambiente offshore, compreendendo instruções de segurança, ordens de serviço e comunicações padronizadas por rádio.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Introdução ao Inglês Técnico Offshore
Vocabulário Essencial do Ambiente Offshore
Compreensão de Instruções de Segurança
Comunicação Operacional e Ordens de Serviço
Procedimentos de Emergência e Alarmes em Inglês
Comunicação via Rádio e Frases Padronizadas
Interação em Ambientes Multiculturais
Simulações de Situações Profissionais
Avaliação Final

Competências a serem desenvolvidas:

Compreender instruções de segurança e ordens de serviço em inglês
Aplicar o vocabulário técnico essencial do ambiente offshore
Operar comunicações via rádio com frases padronizadas
Interpretar procedimentos de emergência e alarmes em inglês
Interagir em ambientes de trabalho multiculturais
Executar simulações de situações profissionais em língua inglesa

Ocupações CBO correlatas:

Competência transversal para ocupações offshore, com referência ao Operador de Produção Offshore 8111-05 e afins.

Operador de Produção Offshore 8111-05 e afins (competência transversal offshore)

Item 18 — Inglês para Turismo e Hotelaria (Grupo 05)
Carga horária mínima: 80h

Modalidade: Presencial

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Objetivo geral: Capacitar o participante para comunicar-se em língua inglesa nos serviços de turismo e hotelaria, atendendo hóspedes e visitantes em situações de recepção, alimentação, reservas e informação turística.

Estrutura modular (conteúdo programático simplificado):

Comunicação Básica e Cordialidade Profissional
Recepção, Check-in e Check-out
Informações sobre Localização, Serviços e Atrações Turísticas
Atendimento em Alimentação e Gastronomia
Reservas, Reclamações e Resolução de Demandas Simples
Vocabulário de Hotelaria e Turismo
Interação com o Visitante Estrangeiro
Simulações de Atendimento
Avaliação Final

Competências a serem desenvolvidas:

Compreender solicitações comuns de hóspedes e turistas em inglês
Executar procedimentos de check-in e check-out em língua inglesa
Informar localizações, serviços e atrações turísticas
Atender demandas de alimentação, reservas e reclamações simples
Aplicar vocabulário específico de hotelaria e turismo
Interagir de forma cordial e profissional com o visitante estrangeiro

Ocupações CBO correlatas:

Recepcionista de Hotel **4221-05**
Atendente de Turismo **4221-10**
Garçom **5134-25**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa abaixo se propõe a executar os serviços o objeto deste edital, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: (_____) _____-_____ Fax: (_____) _____-_____

E-mail: _____

CNPJ: ____._____._____/_____-____

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							

1. PREÇO TOTAL OFERTADO:

1.1. O preço total ofertado é R$ _____ (_____).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026

1.2. O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do Pregão Eletrônico n.º ___/2026.

1.3. Declaro, ainda, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

2.1. O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

4. DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:
CONTA CORRENTE:
AGÊNCIA:

Local e data

Nome da empresa licitante
Responsável legal
assinar e carimbar

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º _____/_____

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal 3.393, de 08 de março de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... *[do edital de Licitação nº ...../20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especifica-ção	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida-de Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

4.6.1. por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preço s de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou

4.6.2. por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preço s de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preço s tenha sido formalizado mediante licitação.

4.7. Compete ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações.

4.8. É facultada a adesão das sociedades de economia mista e das empresas públicas do Município à ARP gerenciada por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, observando-se o disposto neste artigo e nos seus regulamentos de licitações e contratos.

4.9. Dos limites para as adesões

4.9.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 % (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

4.9.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo

de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.9.2.

4.9.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.9.2. desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ARP, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previst**o *no edital* e se** obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.1 e 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preço s registrados poderão ser revistos e alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preço s praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal

como pactuada, nos termos do disposto na reserva alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados ou;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.7. Os novos valores a serem registrados, decorrentes da negociação prevista no item 7 e seus subitens, bem como na hipótese prevista no inciso I do art. 41 do Decreto Municipal 3393/24, deverão ser formalizados mediante termo aditivo à Ata de Registro de Preços.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento de que trata o item 8.1.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 49 do Decreto Municipal 3393/2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou endidade gerenciadora, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º, do artigo 43, do Decreto nº 3.393/24;

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

9.1.5.1. Na hipótese prevista no item 9.1.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, desde que ele não seja o responsável pela aplicação da sanção, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata; ou

9.4.3. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

9.4.4. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.5. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 4º do art. 42 e no § 4º do art. 43 do Decreto Municipal nº 3.393/24.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 10, inc. XIX, do Decreto Municipal nº 3.393/24), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 11, inc. IX, do Decreto Municipal nº 3.393/24).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I *do EDITAL.*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Casimiro de Abreu, ___ de _____ de 2026

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especifica-ção	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade-Máxima	Quanti-dade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*							
X	Especifica-ção	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade-Máxima	Quanti-dade Mínima	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026

ANEXO IV
SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO EM CADASTRO DE RESERVA

[Nome da Empresa]
[Endereço]
[Telefone]
[E-mail]
[Data]
[Órgão Público/Entidade]
[Endereço]
[Cidade, Estado, CEP]
Prezados Senhores,

Eu, [Nome do Representante], representante legal da Nome da Empresa], venho por meio desta solicitar minha inclusão no Cadastro de Reserva do Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº [Número do Pregão], relacionado à [Objeto do Pregão Eletrônico].

A [Nome da Empresa] está ciente das condições estabelecidas no Edital e na Ata de Registro de Preços, e declara que:

- Atende aos requisitos de habilitação e qualificação técnica exigidos;
- Possui capacidade para fornecer os produtos/serviços objeto do Registro de Preços nas mesmas condições da empresa classificada em primeiro lugar;
- Está de acordo com os preços registrados.

Solicitamos que nossa empresa seja incluída no Cadastro de Reserva para futuras contratações para os seguintes itens:

Nº do Item	Especificação	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

[Nome do Representante]
[Nome da Empresa]
[Cargo do Representante]

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026

ANEXO V

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº _____/20__

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____/20__

CONTRATO DE _____ (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS) QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE _____ (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS),** que entre si celebram, o **MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU**, inscrito no CNPJ sob o nº _____-____, estabelecida à _____, na cidade de Casimiro de Abreu - RJ, neste ato representado por seu Secretário(a), devidamente nomeado pela Portaria N° _____/_____, _____, (*nacionalidade*), (*estado civil*), (*profissão*), portador da Carteira de Identidade n° _____, expedida pelo _____ e CPF n° _____, residente e domiciliado à _____, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a empresa _____**,** inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua _____, neste ato representado pelo seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade n° _____, e CPF nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** conforme autorizado no Processo Administrativo nº _____/20__, regendo-se às normas constantes da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2.384/2023, Decreto Municipal nº 3.335/2023 e da legislação correlata, bem como de acordo com as cláusulas contratuais abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E DA FINALIDADE

1.1. O presente contrato tem por objeto **_____,** conforme especificado no termo de referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.

1.2. A finalidade da contratação é **_____,** conforme especificado no termo de referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.

1.3. A lavratura do presente contrato foi autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme decisão constante à fl. ___ do processo administrativo em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O MUNICIPIO efetuará o pagamento à CONTRATADA pela prestação de serviços efetivamente executada, do valor de R$ _____ (_____), e nele deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, livre de quaisquer ônus para o MUNICIPIO.

2.2. Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da Contratada.

2.3. Nos preços propostos para entrega dos prestação de serviço em questão estão inclusos todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens, impostos, transporte e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.

2.4. Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, em moeda corrente nacional, por meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) de acordo com os valores apurados por

servidores competentes do MUNICÍPIO e prepostos habilitado da contratada, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços.

2.5. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31° (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

2.6. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

2.7. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do período a que se refere a prestação de serviços, as seguintes informações:

2.7.1. O número do instrumento contratual;

2.7.2. O nome e código do banco;

2.7.3. Agência e número da conta corrente da contratada.

2.8. Para a autorização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar à Secretaria Municipal responsável pelo contrato, ou local por ela designado:

2.9. As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:

2.9.1. Nota fiscal/fatura mensal respectiva, referente a prestação de serviços do mês anterior, ou na forma que a legislação tributária venha a exigir;

2.9.2. Comprovação de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

2.9.3. Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

2.10. A fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

2.11. A devolução da fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA a suspender a prestação dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

2.12. Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.

2.13. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO.

2.14. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais.

2.15. O MUNICÍPIO poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento vinculada a prestação dos serviços, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste contrato:

2.15.1. Imperfeição nos serviços prestados;

2.15.2. Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito do serviço, por parte do MUNICÍPIO e/ou responsável pelo contrato;

2.15.3. Débito da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, que provenha da execução deste contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da fatura referida no *caput;*

2.15.4. O não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

2.15.5. Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do presente contrato.

2.16. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva do MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, no prazo estabelecido neste contrato, configurará mora.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026

CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas oriundas deste CONTRATO correrão por conta dos recursos orçamentários consignados ao **MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU**, programa de trabalho _____.___.____, elemento de despesa _____.___.___, vigente para o exercício de _____.

3.2. Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a manutenção deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores, onde existirão verbas consignadas em dotação apropriada, em observância ao principio da anualidade.

CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

4.1. Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do MUNICÍPIO nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência da contratação é de XX (XXXXX) DIAS, MESES OU ANOS, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até [.....] anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado, podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

6.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

6.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

6.5. Nos termos do artigo 231 do Decreto Municipal nº 3.335/2023, serão objeto de preclusão:

6.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato; e

6.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Prestar o serviço, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

7.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

7.3. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

7.4. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

7.5. Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.

7.6. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

7.7. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

7.8. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

7.9. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos serviços executados, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.

7.10. Não utilizar o nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

7.11. Não se pronunciar em nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

7.12. Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

7.13. Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

7.14. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do serviço a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

7.15. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providencias necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

7.16. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

7.17. Assumir total responsabilidade pelos serviços que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Casimiro de Abreu e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

7.18. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os serviços considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em descordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

7.19. Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

7.20. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

7.21. Cumprir com todas as demais obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao edital.

7.22. O Município de Casimiro de Abreu e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

7.23. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

8.1. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da CONTRATADA, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização do serviço correspondente.

8.2. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

8.3. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

8.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 2 (dois) meses, após concluída a instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.6. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar a prestação de serviço ora contratada, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)OBJETO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

9.2. O encaminhamento de todos os documentos comprobatórios necessárias para cumprimento da garantia deverão ser apresentados via Protocolo eletrônico no link: https://casimirodeabreu.rj.gov.br/acesso-protocolo/ ou protocolizá-los no Protocolo Geral, localizado no endereço: Rua Padre Anchieta, nº 234, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, Cep: 28.860-000, das 09h às 16h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

9.3. A Secretaria Gestora do Contrato remeterá ao Departamento de Assessoria Técnica e Jurídica, Contratos e Publicações e à Secretaria Municipal de Fazenda, os documentos comprobatórios de garantia do Contratado protocolados conforme as alternativas previstas no item subitem 9.21.

CLÁUSULA DÉCIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes do **MUNICÍPIO** especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2.384/2023, Decreto Municipal nº 3.335/2023 e da legislação correlata:

10.1.1. Gestor do Contrato: ..... Matrícula nº ....., designado pela Portaria [....] OU conforme informações constantes do Termo de Referência.

10.1.2. Comissão de Fiscalização: ..... Matrícula nº .....; ..... Matrícula nº .....; ..... Matrícula nº ....., designados por intermédio da Portaria [....] OU conforme informações constantes do Termo de Referência.

10.2. São atribuições do Gestor de Contratos:

10.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e seus saldos, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

10.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

10.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

10.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

10.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

10.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

10.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

10.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

10.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

10.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;

10.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;

10.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

10.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

10.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:

10.3.1. Acompanhar os prazos de execução dos serviços, diligenciando com a CONTRATADA, se necessário;

10.3.2. Receber, provisória e definitivamente, os serviços, mediante termo detalhado;

10.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal da CONTRATADA;

10.3.4. Devolver à CONTRATADA as notas fiscais em desconformidade com o contrato;

10.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

10.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;

10.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

10.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;

10.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato;

10.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;

10.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas aos serviços;

10.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela CONTRATADA;

10.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

10.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

10.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à CONTRATADA, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

10.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;

10.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;

10.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;

10.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços a serem adquiridos;

10.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à CONTRATADA;

10.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA previstas no termo de referência, no projeto básico e no contrato;

10.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

11.1.4. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.5. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Casimiro de Abreu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com os artigos de 31 ao 44 da Lei Municipal nº 2.384/2023.

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.5. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Secretaria Municipal de Controle Interno, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

11.6. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

11.7. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva CONTRATADA. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. Constituem motivo para extinção do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento de qualquer de seus termos, cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou ocorrência de qualquer situação prevista no art. 137 da Lei de Licitações.

12.2. No ato da extinção contratual, a CONTRATADA prestará contas dos produtos que lhe tenham sido solicitados.

12.3. Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no momento da extinção, poderá o MUNICÍPIO efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, no limite suficiente à compensação dos mesmos.

12.4. Em qualquer hipótese de extinção contratual, a CONTRATADA somente terá direito à remuneração pelos serviços executados.

12.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de extinguir este Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, em caso de extinção com fundamento no art. 138, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.

13.1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias a execução dos serviços, salvo as despesas a serem pagas pelo MUNICÍPIO, devidamente expressas neste contrato.

13.2. Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre a prestação dos serviços objeto deste instrumento, o MUNICÍPIO procederá conforme a seguir:

13.2.1. Caso haja diferença a maior, o MUNICÍPIO somente procederá ao pagamento mediante comprovação pela CONTRATADA do ônus decorrente;

13.2.2. Na hipótese da CONTRATADA**,** vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o MUNICÍPIO procederá à revisão do custo indicado na data-base;

13.2.3. Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste contrato.

13.3. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar à CONTRATADA quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

13.4. Quando por disposição legal, o MUNICÍPIO for o responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vier a responder por acréscimos e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento por não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão

descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento apontado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS E ICMS

14.1. A CONTRATADA**,** no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas todas as condições pertinentes contidas no artigo 68, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo imediatamente comunicar o MUNICÍPIO qualquer alteração que possa comprometer a manutenção de seus termos, bem como mantê-las atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VINCULAÇÃO

15.1. O presente Contrato fica vinculado ao Termo de Referência, ao edital de licitação e seus anexos, bem como à proposta do licitante vencedor, constantes do processo administrativo em epígrafe, nos termos do artigo 92, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante Termo Aditivo e em conformidade com o artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como concessão excepcional, não constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS FORTUÍTOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

17.1. As partes não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

17.2. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem o MUNICÍPIO no exercício de atividades especificas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais nestas “Disposições Gerais”.

19.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do MUNICÍPIO, cujo objetivo final é o atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

19.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

19.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

19.5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do MUNICÍPIO.

19.6. Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá sempre o disposto no contrato.

19.7. Caso o presente instrumento seja assinado de forma digital ou eletrônica em datas diversas, considerar-se-á a data da última assinatura para fins de vigência.

19.8. A CONTRATADA tem conhecimento do código de Integridade do Agente Público do Poder Executivo do Município de Casimiro de Abreu, Lei Municipal n.º 2.304/2023, constante no link https://casimirodeabreu.rj.gov.br/leis/.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL N.º 12.846/13 E DECRETO MUNICIPAL N.º 207/15

20.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

21.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

21.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

21.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

21.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

21.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Cidade de Casimiro de Abreu, Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Casimiro de Abreu, _____ de _____ de 2026.

_____ MUNICÍPIO (Secretário Municipal) *Contratante*	_____ CONTRATADA Empresa..... RL xxxxxxxxxxxxxxxxx *Contratada*

TESTEMUNHAS:

_____
RG. n.º
CPF n.º

_____
RG n.º
CPF n.º